

UM ESTUDO SOBRE INTELLECTO, LIVRE ARBÍTRIO E VIRTUDES NO CAMPO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MEDIEVAL

A STUDY OF INTELLECT, FREE WILL AND VIRTUES IN THE FIELD OF THE HISTORY OF EDUCATION MEDIEVAL

Terezinha Oliveira¹

Ana Paula dos Santos Viana²

RESUMO: Apresentamos um estudo, no âmbito da História da Educação no medievo, sobre intelecto, livre arbítrio e virtudes, tendo como fonte a obra *De sacramentis christianae fidei*, de Hugo de Saint-Victor (1096-1141), um mestre medieval da Escola da Abadia de Saint-Victor, em Paris, no século XII. O objetivo é refletir sobre a importância desses aspectos para a formação humana, na perspectiva vitorina, em consonância com os acontecimentos históricos do período em tela. Essa relação é pertinente por compreendermos que os processos educativos estão vinculados à sua época. E que podem permitir, na perspectiva de Bloch (2001), que reflitamos, temporalmente, como educadores e pesquisadores, sobre nossas ações e responsabilidades.

Palavras-Chave: Conceitos. Formação humana. De sacramentis. Hugo de Saint-Victor.

ABSTRACT: We present a study, in the context of the History of Education in the Middle Ages, about intellect, free will and virtues, from the work *De sacramentis christianae fidei* by Hugh of Saint Victor (1096-1141), a medieval master of the Abbey School of Saint-Victor, in Paris, in the 12th century. The objective is to reflect on the importance of these aspects for human formation, in the vitorina perspective, in consonance with the historical events of the period in question. This relationship is relevant because we understand that educational processes are linked to their time. And that may, in Bloch's perspective (2001), allow us to temporarily reflect as educators and researchers, on our actions and responsibilities.

Keywords: Concepts. Human formation. De sacramentis. Hugh of Saint Victor.

¹ Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR). Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. PhD em História e Filosofia da Educação pela USP. E-mail: teleoliv@gmail.com.

² Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR). Professora na rede municipal de Educação de Marialva/PR. E-mail: ana_psviana@hotmail.com

Introdução

Ao analisar, na tese de doutorado, o projeto educativo de Hugo de Saint-Victor³ (1096-1141), tendo como fonte sua obra intitulada, *De sacramentis christianae fidei*⁴, observamos que eles (projeto, obra e autor) são frutos de seu tempo, ou seja, as questões que o mestre aborda em sua obra expressa sua (con)vivência na ambiência citadina do século XII. Estamos, assim, nos remetendo a questões como liberdade, tanto como parte do contexto social e político do século XII (a libertação das comunas, a Reforma no medievo, o renascimento das cidades e do comércio) como a concepção educativa da obra do mestre Vitorino denominada livre arbítrio. Assim, três aspectos que encontramos nas formulações de Hugo de Saint-Victor nos levam a refletir sobre seu projeto educativo. Isto porque, ao pesquisarmos esse projeto, observamos que ele contempla a pertinência do desenvolvimento intelectual, do livre arbítrio e das virtudes (as quais compreendemos como conceitos) indispensáveis à formação de pessoas na perspectiva vitorina.

Desse modo, trataremos nesse estudo da relação entre intelecto, livre arbítrio e virtudes na obra *De sacramentis*⁵ de Hugo de Saint-Victor. O objetivo é refletir sobre a importância do livre arbítrio e das virtudes para o desenvolvimento intelectual – a formação humana na perspectiva vitorina, em consonância com os acontecimentos históricos do período. Essa relação, a nosso ver, é pertinente por compreendermos que os processos educativos estão vinculados à sua época específica.

Nosso texto situa-se no campo da História da Educação, em que buscamos na História Social, os princípios teóricos e metodológicos com os quais analisamos o nosso objeto. Marc Bloch (2001), historiador do século

³ Pesquisa financiada pela CAPES.

⁴ Para elaboração deste estudo, utilizamos a edição dos escritos de Hugo de Saint-Victor encontrados na *Patrologia Latina* organizada por Jacques-Paul Migne (1800-1875), em língua latina. Preservamos a transcrição nas citações em língua latina em nota de rodapé e realizamos, no corpo do texto, um trabalho de tradução para língua portuguesa.

⁵ Observamos que a partir deste momento todas as vezes que mencionarmos a referida obra de Hugo de Saint-Victor o faremos grafando da forma como é mais conhecida: *De sacramentis*.

XX e cofundador dos *Annales* ao lado de Lucien Febvre, afirmou que a História deve ter nos homens e nas relações sociais seu principal objeto. Nesse sentido, o historiador deve, primeiramente, preocupar-se com os homens e as situações reais, pois ao estabelecerem relações sociais, formam distintas maneiras de viver ao longo do tempo.

Compreendemos, então, que estudar e refletir as questões e embates do passado – em nosso caso, as preocupações presentes nas obras de Hugo de Saint-Victor – se justifica na medida em que elas nos permitem conhecer os homens em suas particularidades sociais, históricas, políticas e educacionais.

O que se produziu que parecera apelar imperiosamente à intervenção da história? Foi que o humano apareceu. Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [...] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que a criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça (BLOCH, 2001, p. 54).

O autor nos permite inferir que recuperar as obras desse importante cômico e *magister* do século XII (VERGER, 2001; STREFLING, 2002) é um exercício de reflexão sobre os homens, suas particularidades e relações estabelecidas entre seus pares e a sociedade em que estão inseridos. Nesse sentido, a nossa intenção ao retomar sua obra não é proceder como se fosse uma questão do passado, mas analisar como podemos nos servir desse conhecimento do passado almejando compreender algumas questões do presente. Conforme nos recorda Bloch (2001, p. 63) “[...] a ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente; compromete, no presente, a própria ação”. Desse modo, é justamente por se preocupar com os problemas do presente que o historiador busca

compreender o passado. São experiências que estão distantes de nós, mas que podem, na perspectiva de Bloch (2001), contribuir para a compreensão dos homens, das relações sociais e da forma como educam e são educados.

Essa percepção nos é suscitada, justamente, porque observamos a atenção e dedicação do mestre Vitorino do século XII em relação à formação dos estudantes de sua época. Esta percepção nos permite tecer, ao menos, duas considerações. A primeira, guardadas as devidas proporções temporais, compreender como nós, seres humanos, agimos conforme nossa vontade e, por isso, nos tornamos responsáveis pelo que fazemos. A segunda é que, ao buscar a compreensão histórico-social dos homens, observa-se, por exemplo, que os dados da avaliação do PISA⁶ de 2015 precisam ser considerados a luz da História, uma vez que, a nosso ver, os índices⁷ apontados indicam, potencialmente, dificuldades entre crianças e adolescentes quanto ao pleno uso cognitivo do intelecto. Nossa preocupação decorre do fato de que as três áreas avaliadas [ciências, matemática e leitura] evidenciam que esse grupo de pessoas por ter baixo nível de aprendizagem teria, em larga medida, 'dificuldade' de compreender a realidade do seu tempo histórico. Esse cenário seria o oposto do que propunha o mestre Hugo de Saint-Victor, ou seja, a necessidade do conhecimento amplo do seu tempo histórico.

Com efeito, entendemos que o fato do Brasil ter demonstrado um desempenho/resultado ruim nesse levantamento do PISA acerca da capacidade de resolver problemas é um indicador de nosso desempenho

⁶ "O *Programme for International Student Assessment* (Pisa) – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada de forma amostral a estudantes matriculados a partir do 8º ano do ensino fundamental na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. O Pisa é coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), havendo uma coordenação nacional em cada país participante. No Brasil, a coordenação do Pisa é responsabilidade do Inep". Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pisa>. Acesso em: 19 abr. 2018.

⁷ O resultado do levantamento do PISA de 2015 mostra a queda de pontuação do Brasil nas três áreas avaliadas em relação as 72 nações que o compõe; o nosso país ficou na 63ª posição em ciências, 59ª em leitura e 66ª em matemática. Observamos que a análise e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros no PISA de 2015 está disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa2015_completo_final_baixa.pdf. Acesso em: 19 abr. 2018.

escolar, especialmente em ciências, leitura e matemática. Portanto, como seres humanos, somos diretamente responsáveis pelos nossos atos e, como professores e pesquisadores, precisamos nos ater e preocupar com o que realizamos como profissionais da educação.

Logo, nossas considerações sobre o pensamento desse mestre medieval e suas contribuições para a História da Educação evidenciam que o ensino nos leva a entender a ética na conduta humana para adquirir sabedoria. E que a vontade pressupõe o desenvolvimento intelectual, uma vez que somente os seres dotados de razão possuem vontade. Assim, é indispensável o desenvolvimento do intelecto para a formação humana.

1. A obra *De sacramentis* de Hugo de Saint-Victor e o século XII

A obra *De sacramentis* ora analisada, foi escrita pelo mestre medieval Hugo de Saint-Victor, provavelmente, entre 1136-1141 (EYDEN apud POIREL, 1997) e é composta por dois volumes. O primeiro volume contém doze partes, subdivididas em capítulos. O segundo volume está disposto em dezoito partes, também subdivididas cada uma delas em capítulos. Esta obra é considerada por estudiosos do período em tela, como Verger (2001), a primeira summa de Teologia da Idade Média Ocidental.

De acordo com autores, como Verger (2001), Strefling (2002), Le Goff (2007), Hugo de Saint-Victor foi um importante cônego e mestre da Escola da Abadia de Saint-Victor, em Paris, no século XII. Ele era descendente de nobres, nasceu por volta de 1096, provavelmente na Saxônia, chegou a Paris por volta de 1115 e morreu em 1141. A fundação da Escola de Saint-Victor data de 1108, ano em que o arqui-diácono Guilherme de Champeaux deixou a Île de la Cité, onde lecionava e se acomodava em uma capela em honra de São Vitor. Próximo a esta havia alguns anexos na margem esquerda do rio Sena, que deu início a então escola de Saint-Victor (MARCHIONNI, 2001).

Hugo de Saint-Victor não somente teve a incumbência de, como mestre, ensinar na Escola da Abadia de Saint-Victor, mas, também de

organizá-la. Em seus escritos⁸, é possível observar a dedicação e preocupação com a ação e formação dos homens do século XII, bem como aproximá-las das questões postas na ordem do dia, dentre as quais podemos mencionar o renascimento das cidades e do comércio, a Reforma religiosa e libertação das comunas, dentre outros acontecimentos.

O renascimento das cidades no Ocidente possui diversas interpretações, dentre elas podemos destacar autores como Guizot (2005), Thierry (2005), Pirenne (1989) e Le Goff (1992). Em relação às formulações de Pirenne (1989), observamos que na obra intitulada *As Cidades da Idade Média*, ele salienta três possíveis origens para o surgimento das cidades medievais. A primeira seria decorrente da manutenção das cidades romanas que, mesmo em ruínas, permaneceram como sedes episcopais. A segunda possibilidade, indicava que as cidades teriam surgido em locais de concentração comercial, como as encruzilhadas de estradas e rios. E, por fim, menciona as grandes feiras como uma das possibilidades do nascimento das cidades. Com efeito, embora considere a hipótese da conservação das cidades antigas como uma das prováveis origens das cidades medievais, o autor é contundente ao afirmar a importância do comércio para o surgimento das cidades de modo geral:

Em nenhuma civilização urbana se desenvolveu independentemente do comércio e da indústria. A diversidade dos climas, dos povos ou das regiões é tão indiferente a este facto como a das épocas. Impõe-se no passado às cidades do Egito, da Babilônia, da Grécia, do Império Romano ou do Império Árabe, como hoje se impõe às cidades da Europa ou da América, da Índia, do Japão ou da China. A sua universalidade explica-se pela necessidade. Um aglomerado urbano, com efeito, só pode subsistir pela importação de gêneros alimentícios [...] O comércio e a indústria são indispensáveis para a manutenção desta recíproca dependência: sem a importação que assegura o reabastecimento, sem a exportação que a compense com objectos de troca, a cidade morrerá (PIRENNE, 1989, p. 109).

⁸ A Patrologia Latina de Jacques-Paul Migne reúne em três volumes (Tomus 175, 176, 177) o acervo das obras, opúsculos e cartas de Hugo de Saint-Victor, em um total de 52 títulos, todas, como o próprio título sugere, em língua latina (MARCHIONNI, 2001; VERGER, 2001).

Ao acentuar a relação entre cidade e comércio, o autor elucida que o último impulsionou a existência das cidades, seja na Antiguidade, no medievo ou o momento atual. Com efeito, para o autor, diferentemente de outras épocas em que os homens das cidades preservavam certos vínculos com o espaço rural situado em seu entorno, na *urbis* esse movimento não ocorre. Para Pirenne, o homem citadino está, efetivamente, ligado ao seu espaço social.

Le Goff (1992), por seu turno, embora considere o surgimento das cidades ligado à influência do desenvolvimento comercial, sua análise parte de outra perspectiva teórica – a representação e significação simbólica, principalmente, a simbologia das muralhas. Assim, ao mesmo tempo em que a cidade, a seu ver, é um ambiente fechado e protegido por suas muralhas, a sua porta permite a abertura para o mundo, propiciando a entrada e saída de pessoas e de mercadorias. Desse modo, da mesma forma que o autor mostra simbolicamente como os habitantes das cidades se sentiam diante da muralha, ele trata da sua localização geográfica, as corporações de ofício, entre outros elementos que compõem a vida citadina no medievo.

Além de Pirenne (1989) e Le Goff (1992), também, encontramos a contribuição de outros dois historiadores – Guizot e Thierry (2005). De acordo com estes autores, o surgimento das cidades medievais decorre do desenvolvimento do sistema feudal, haja vista que as cidades surgem em decorrência do florescimento da vida, do desenvolvimento de um certo luxo oriundo das mudanças de comportamento dos senhores feudais, em virtude dos movimentos dos cruzados e, especialmente, devido ao renascimento do comércio. Assim, o surgimento das cidades, para os referidos autores, só foi possível em função da organização social proveniente do sistema feudal. Dessa forma, para Guizot (2005) e Thierry (2005), o surgimento das cidades no medievo só pode ser entendido por meio da luta que os habitantes dos burgos travaram contra seus senhores para obterem a liberdade. Nesse sentido, os autores explicitam o embate entre as forças

novas que expressavam os interesses dos burgos contra o interesse dos senhores feudais.

Guizot (1907), na obra intitulada *História da civilização na Europa* tratou, dentre outras questões, da libertação das comunas e, por conseguinte, nos permite compreender o conceito de liberdade presente no século XII, na ambiência cidadina. O autor destaca que, no século XII, quando os habitantes dos burgos se aliavam para combater seus senhores, a conquista da liberdade significava a conquista de direitos e mesmo a emancipação em relação ao poder dos seus senhores. Para Guizot, os habitantes dos burgos não propunham abolir o governo feudal, assim como não se opunham à existência de privilégios. Mas almejavam viver em paz e dirigirem seus negócios na cidade. Justamente por isso as cidades eram cercadas por muralhas e a vida, por conseguinte, a liberdade, restringia-se ao interior dos muros. Assim, do ponto de vista de Guizot (1907), liberdade para os homens do século XII significava poderem realizar suas atividades livremente, definir seus impostos, decidir quem os governaria no interior da cidade. Desse modo, a rigor, não estava na ordem do dia a conquista de outros poderes, além daqueles que necessitavam para reger sua vida no interior das comunas. A liberdade, portanto, significava poderem viver segundo seus interesses, na comuna, respeitando as leis do reino em geral (OLIVEIRA, 2009).

É justamente nesse embate entre esses dois *corpus* bem distintos que encontramos presente a obra de Hugo de Saint-Victor, pois ao mesmo tempo que ele apresenta um saber comprometido com o mundo feudal, também se observa a presença do 'novo mundo' em sua obra, tendo em vista que analisa as categorias provenientes da linguagem das profissões liberais. Cumpre observar que o mestre Vitorino é um dos primeiros autores a procurar definir o papel e a importância de cada profissão na *urbis* do século XII. E, em consonância com as profissões procura, também, definir o papel do intelecto humano nas ações cotidianas. O mestre Vitorino preocupava-se, por conseguinte, em entender e definir os conceitos que formam os homens do século XII. E no debate que principiava a ganhar

corpo entre a filosofia e a teologia, o autor busca definir o sentido e o lugar que cada uma delas deve desempenhar na vida dos homens.

Considerada como a primeira Suma Teológica da Idade Média, a *De sacramentis* (VERGER, 2001) se inscreve, também, no contexto político da *Reforma* cunhada de *Gregoriana* (1050-1150). Em linhas gerais, essa reforma tratou de um amplo movimento de reforma moral, disciplinar e administrativa que atingiu toda a sociedade de então e não apenas o papado e o clero, conforme pretendem alguns historiadores (KNOWLES; OBOLENSKY, 1974).

Na verdade, esse movimento de reforma, já é um indício de que a sociedade medieva está principiando a assumir novos contornos, pois ao mesmo tempo em que a Igreja procura sobrepor-se aos segmentos sociais, revela a existência de vícios internos em si mesma como o nicolaísmo e a simonia e, também, a existência de um poder que está principiando a ter uma força considerável na sociedade. Em última instância, ela principia a ter consciência de não ser mais o único poder existente e de que os homens começam a ter outros interesses além daqueles definidos pela Igreja. Sob este aspecto, é importante frisar que o ataque ao poder dos príncipes é algo fundamental à instituição porque estes estavam, cada vez mais, imiscuindo-se no campo da Igreja, nomeavam os bispos, os abades. Diante do crescimento do poder laico, a Igreja se vê compelida a recrudescer à sua autoridade (OLIVEIRA, 2006, p. 26-27).

A autora chama atenção da consciência a que chegara a Igreja, o corpo eclesiástico. E, como resposta à condição a que chegara, era preciso não só combater o poder dos príncipes, mas os seus vícios, e que, em certa medida, isso se estende à sociedade: o nicolaísmo e a simonia. Estes vícios, do ponto de vista de Hugo de Saint-Victor, precisavam ser dissipados pelos homens citadinos do século XII. Ambos os vícios são regidos pela vontade humana, contudo o fato de os homens terem o livre arbítrio para fazer suas escolhas, não implica agir inescrupulosamente. Para o mestre Vitorino, compete ao homem, a partir do poder de livre escolha, deliberar o que melhor lhe parecer, a partir da razão, considerando o bem comum. Por isso, as virtudes são necessárias à ação e formação do homem: para dissipar a ação e a vontade contrárias ao bem comum e à retidão.

O princípio de liberdade que permeia o contexto histórico no século XII também está presente nos ensinamentos de Hugo de Saint-Victor, haja vista tratar da vontade e do livre arbítrio como princípio norteado pela razão, pelo desenvolvimento do intelecto, pois para que as ações humanas, seus interesses, sejam direcionadas pela retidão da vontade, implica aos homens serem responsáveis por seu meio, por considerarem e respeitarem o bem comum.

2. Livre arbítrio, virtudes e o desenvolvimento intelectual: preceitos fundantes da perspectiva educativa de Hugo de Saint-Victor

Ao longo do primeiro volume (livro) da obra *De sacramentis*, o mestre Vitorino analisa o livre arbítrio (vontade), considerando a importância da razão, ou seja, do desenvolvimento do intelecto. Embora sejam mencionadas no decorrer de toda a obra, as virtudes recebem lugar de destaque no segundo volume (livro), em especial, na décima terceira parte.

Falar em vontade é falar em inteligência, tendo em vista que somente os seres dotados de razão possuem vontade. E, como a inteligência deve imperar sobre a vontade, é preciso que esta se submeta à razão. Afinal,

[...] às vezes acontece que os impulsos contrários gerem confusão, a não ser que a razão, intervindo como mediadora, os separe uns dos outros, separe vontade e apetites e julgue entre desejos: por exemplo, qualquer coisa, seja qual ela for proveniente da carne arrasta para baixo; algo que vem do espírito anseia pelo céu, buscando o bem mais alto e imortal. Pois, quando, a razão no julgamento rigoroso, se coloca fortemente como uma espécie de firmamento no meio, e de um lado separa as águas acima dos céus, mas do outro, as que estão debaixo dos céus, a menor corrupção não pode infectar a pureza mais elevada da alma, nem a integridade que está acima sofre para se inclinar para aquelas coisas baixas e sem valor [...] ⁹ (VICTORE, 1880, p. 200).

⁹ Para os autores clássicos (como é o caso de Hugo de Saint-Victor), utilizaremos as formas de referências consagradas pela literatura pertinente, que apresente dados da obra que permitem a consulta a qualquer edição:

Hugo de Saint-Victor ressalva os apetites humanos que podem conduzir os homens por desejos que os desviem da reta razão. Buscar o bem mais alto significa conduzir a vida humana de modo ordenado, reto e sem prejudicar o outro. Arrastar-se para baixo consiste em se desviar do caminho do bem comum, permitindo corromper-se – ou, nas palavras do mestre Vitorino, ‘infectar a pureza mais elevada da alma’.

A pureza da alma, ou seja, a beatitude do homem realiza-se como atividade que se identifica com a alma. Esta consiste, portanto, em seus pensamentos versados nas ações cotidianas. É na alma que está a racionalidade do homem. É também nela (alma) que estão presentes suas vontades e sentimentos. Compete ao homem, a partir do poder de livre escolha, do seu livre arbítrio, deliberar o que melhor apropriar a partir de sua razão.

Deus criou a alma do primeiro homem a partir do nada, e soprou-o num corpo tomado e formado a partir da terra através do material, dando-lhe sentido e discernimento do bem e do mal, para que, através do sentido, pudesse dar vida ao corpo associado a ele, poder governá-lo através da razão, e que no próprio homem o sentido pode estar sujeito à razão, razão ao Criador, e assim o corpo pode mover-se segundo a razão pelo sentido, mas a razão move-se através do livre arbítrio de acordo com Deus¹⁰ (VICTORE, 1880, p. 264).

O que move o homem ao entendimento e discernimento do bem e do mal é o afloramento da alma (*anima*), ou seja, o desenvolvimento intelectual, sua ação racional. Ao analisar a razão humana, o mestre

Sed fit aliquoties ut contrarii motus confusionem gignant; nisi ratio media interveniens dividat ab invicem, et discernat voluntates et appetites, desideriaque dijudicet. Quid sit videlicet quod ex carne deorsum trahit; quid quod ex spiritu in superna inhiat, summum illud et immortale bonum ambiens. Nam, cum ipsa ratio fortiter iudicii censura quasi firmamentum quoddam in medio sese collocat, atque hinc supercoelestes aquas, illinc autem eas quae sub coelo sunt disponit separatim, non potest inferior corruptela inferiorem animae puritatem inficere; neque ipsa quae sursum est sinceritas, ad ea quae subter sunt abjecta et vilia sinitur sese inclinare (HUGONIS DE S. VICTORE, *De sacramentis*, L. I, p. I, c. XIX).

¹⁰Creavit Deus animam primi hominis de nihilo, et inspiravit eam corpori de terra per materiam sumptom et formato, dans ei sensum et discretionem boni et mali; ut corpus ipsum sibi sociatum per sensum vivificaret, per rationem regeret, et in ipso homine sensus esset subjectus rationi; ratio creatori, ut secundum rationem corpus moveretur per sensum; ratio autem libero arbítrio moveretur secundum Deum (HUGONIS DE S. VICTORE, *De sacramentis*, L. I, p. VI, c. III)

Vitorino observa que esta se move por meio da vontade, do livre arbítrio. Assim, “o movimento da mente está na vontade¹¹ [...]” (VICTORE, 1880, p. 265). Do seu ponto de vista, o objeto da ação humana é definido pela vontade, pela escolha que fazemos, a qual denomina de livre arbítrio.

Porque o movimento espontâneo ou o apetite voluntário é livre-arbítrio: Livre, de fato, nisso porque há desejo. Mas o próprio poder e a aptidão da vontade é a liberdade pela qual ele se move em qualquer direção, e é dito que é a livre escolha da vontade. Movendo-se, porém, voluntariamente e nascendo pelo desejo espontâneo, isto é, escolher com poder e julgar com liberdade, em que consiste o livre-arbítrio. Por isso que estes foram feitos de livre escolha para que pudessem mover-se pelo desejo voluntário, mas de acordo com a eleição da vontade e a inclinação de seu desejo, sem coação¹² (VICTORE, 1880, p. 256).

As considerações do mestre Vitorino em relação ao ato volitivo, a liberdade de pensar e escolher, nos é significativa, pois faz refletir que, como pessoas, somos capazes de pensar e decidir, ou seja, somos responsáveis pelas nossas ações. É nessa capacidade volitiva que estabelecemos o que nos move, o que dá forma aos nossos atos. É nessa perspectiva que as ações humanas podem ser boas ou más.

Mas se alguém deseja afirmar a liberdade da própria vontade como diferente de acordo com a virtude da natureza e da força da sabedoria e do conhecimento e da compreensão, não há ninguém que possa razoavelmente objetar. Porque assim como o diferente vigor e a sutileza da natureza não conduzem a enfermidade, e menos conhecimento não impõe ignorância de sabedoria, assim uma liberdade inferior não impõe qualquer necessidade na escolha da vontade¹³ (VICTORE, 1880, p. 251).

¹¹ “Motus mentis in voluntate est [...]” (HUGONIS DE S. VICTORE, *De sacramentis*, L. I, p. VI, c. IV).

¹² Quoniam spontaneous motus vel voluntarius appetitus liberum arbitrium est: liberum quidem in eo quod appetitus. Sed et ipsa potestas et habilitas voluntatis est libertas qua movetur ad utrumque, et liberum arbitrium dicitur voluntatis. Voluntarie autem moveri et ferri et spontaneo appetitu, hoc est potestate eligere et libertate judicare, in quo constat liberum arbitrium. Et propter hoc facti sunt liberi arbitrii, ut voluntario appetitu moveretur; sed secundum electionem voluntatis et inclinationem desiderari sui sine coactione (HUGONIS DE S. VICTORE, *De sacramentis*, L. I, p. V, c. XXI).

¹³ Sed et ipsam arbitrii libertatem secundum differentem naturae virtutem et sapientiae et cognitionis et intelligentiae vim; si quis differentem assignare voluerit non est qui ex

Hugo de Saint-Victor adverte que a liberdade volitiva não implica em qualquer escolha, mas pressupõe que esta seja permeada pela virtude e sabedoria. Esses três elementos (vontade, virtude e sabedoria) estão intrinsecamente ligados um ao outro, pois, do ponto de vista do mestre Vitorino, a vontade, enquanto objeto da ação humana, é plenamente desenvolvida quando há o desenvolvimento intelectual que conduz à ação virtuosa – ações que visam o bem comum - que permita tomar decisões sábias, que façam o bem, tanto individual quanto coletivamente. Preocupar-se com o próximo e consigo indica a virtude na ação humana. Já aquele que não preza pelo bem comum se deixa corromper. Não significa que este não tenha desenvolvido o intelecto, mas que suas ações são movidas por injustiças, as quais o mestre medieval denomina de vícios.

Como dissemos acima, o vício é uma coisa e o pecado outro que procede do próprio vício, então entendemos que as virtudes são uma coisa e as palavras da justiça, outra que delas decorre. Pois a virtude é, por assim dizer, uma espécie de sanidade e integridade da alma racional cuja corrupção é chamada de vício. Verdadeiramente uma obra de justiça está no movimento da mente racional que avança de acordo com Deus, decorrente de uma concepção do coração e prosseguindo até a conclusão do ato corporativo. Muitas virtudes são enumeradas nas Escrituras, especialmente na verdade, aquelas que no Evangelho estão dispostas na mesma categoria, por assim dizer, como antídotos ou sanidades contra a corrupção dos sete vícios.

Primeiro é humildade; segundo, clemência; terceiro contrição da mente; quarto, desejo de justiça; quinto misericórdia; sexto, pureza do coração; sétimo, paz interior da mente. Portanto, um homem deitado nos pecados está doente; os vícios são feridas; Deus é o médico; os dons do Espírito Santo são antidotes; As virtudes são sanidades; as bem-aventuranças são alegrias; pois através dos dons do Espírito Santo, os vícios ressoam. A solidez dos vícios é a integridade das virtudes. O homem sadio opera; operando, ele é o próprio trabalho.

ratione occurrat. Quia sicut differens vigor et subtilitas naturae infirmitatem non adducit, minorque cognitio sapientiae ignorantiam non ingerit; sic libertas inferior nullam arbitrio voluntatis necessitatem imponit (HUGONIS DE S. VICTORE, *De sacramentis*, L. I, p. V, c. XI).

Seis obras de misericórdia são especialmente enumeradas pelo Senhor no Evangelho. (Cf. Mat. 25, 35). O primeiro é alimentar os famintos; o segundo, dar bebida aos sedentos; o terceiro, acolher um hóspede; o quarto, para cobrir o nu; o quinto, para visitar os doentes; o sexto, para ir ao encarcerado e preso. Pois, nessas necessidades, todo o problema da vida é compreendido ou concebido em que, qualquer que tem compaixão por seu próximo por causa de Deus, merece misericórdia de Deus nessa própria necessidade¹⁴ (VICTORE, 1880, p. 526).

O mestre Vitorino observa que o homem tem a liberdade de escolha e que esta pode se enveredar pela integridade da alma, a qual denomina de virtude; ou pela corrupção dela, que seriam os vícios. Quando a integridade da alma é corrompida, sua racionalidade é guiada pelo comportamento vicioso, ou seja, desviam da reta conduta e podem prejudicar, além de si, outras pessoas. As virtudes são importantes princípios educativos porque visam o bem comum, a preocupação com a vida em uma sociedade melhor, mais harmônica, civilizada. Para o mestre Vitorino, os estudantes da Escola da Abadia de Saint-Victor (e isso se estende aos homens do século XII) precisam permear suas vidas pelo conhecimento da humildade, da contrição da mente, da paz, da pureza de coração, enfim, de atos que visem o bem, a excelência nas ações humanas. Quando essas virtudes se fazem presentes na ação e formação significa que os seres humanos desenvolveram seu

¹⁴ Sicut superius diximus aliud esse vitium, atque aliud peccatum quod ex ipso vitio procedit, ita intelligimus aliud esse virtutes, atque aliud opera justitiæ quæ ex ipsis oriuntur. Virtus enim quasi quædam sanitas est integritas animæ rationalis, cujus corruptio vitium vocatur. Opus vero justitiæ est in motu mentis rationalis, qui secundum Deum incedit, a cordis conceptione surgens, et foras usque ad actionis corporalis completionem procedens. Virtutes in Scripturis plurimæ numerantur, maxime vero quæ in Evangelio, quasi quædam antidota vel sanitates contra septem vitiorum corruptionem sub eodem numero disponuntur. Prima est humilitas, secunda mansuetudo, tertia mentis compunctio, quarta desiderium justitiæ, quinta misericordia, sexta cordis munditia; septima pax mentis interna. Homo igitur in peccatis jacens ægrotus est, vitia sunt vulnera, Deus medicus, dona Spiritus sancti antidota, virtutes sanitates, beatitudines gaudia, per dona enim Spiritus sancti vitia sanatur. Sanitas vitiorum integritas est virtutum. Sanus operariur, operans remuneratur. Sic post virtutes opera bona sequuntur, et ex virtutibus opera ipsa oriuntur. Sex opera misericordiæ in Evangelio (Matth. XXV), specialiter a Domino enumerantur, in quibus perfectio bonorum operum significantur. Primum est esurientem pascere, secundum sitientem potare, tertium hospitem colligere, quartum nudum vestire, quintum infirmum visitare, sextum ad incarcerationum et clausum venire. In iis enim necessitatibus omnis vitæ humanæ moléstia vel comprehenditur vel figatur, in quibus quisquis propter Deum proximo compatitur, misericordiam a Deo in sua necessitate meretur (HUGONIS DE S. VICTORE, *De sacramentis*, L. II, p. XIII, c. II).

intelecto pela via da reta razão. Significa que sua liberdade de escolha se moveu pelo bem comum, pelo aprimoramento da sociedade.

Assim, vontade e intelecto são dois elementos essenciais na formação humana, pois caracterizam o homem como ser pensante e que age mediante suas escolhas, portanto, responsáveis por seus atos. Nesse sentido, esses dois elementos o caracterizam como ser humano porque o intelecto (ainda que seja concebido, pelo mestre Vitorino, como dádiva de Deus) é a possibilidade de conhecer e de pensar; e a vontade, o livre arbítrio, a possibilidade de agir voluntariamente por nós mesmos, ou seja, proporcionam aos homens a consciência de seus atos. Com efeito, eles (vontade e intelecto) são considerados 'possibilidades', pois não são prontos e acabados. Isto porque, como características humanas, precisam ser desenvolvidas pelo fato de que, para o mestre Vitorino, o homem é um ser mutável, imperfeito, portanto, passível de transformações, as quais, para Hugo de Saint-Victor, são desenvolvidas por meio do processo educativo.

Considerações finais

Essa discussão acerca da vontade/livre arbítrio, intelecto e virtudes é importante na medida em que nos permite refletir sobre o homem. É por buscarmos conhecer o ser humano e suas particularidades históricas, políticas e educativas que essa reflexão é pertinente, pois possibilita compreendermos o homem como senhor de suas ações, ou seja, aquilo que o mestre Vitorino denomina de livre arbítrio. Afinal, como o próprio termo indica, afirmar o homem como possuidor do livre arbítrio implica responsabilizá-lo por seus atos.

Nesse sentido, pudemos compreender, com Hugo de Saint-Victor, que a vontade está intrinsecamente relacionada à razão, pois é por meio da reflexão que estabelecemos o que está na vontade e que se constitui como propulsor de nossas ações. Se aprimorar a vontade significa agir de fato, aprimorar o intelecto significa escolher, optar; o aprimoramento da virtude, por seu turno, resulta no desenvolvimento das ações humanas que visam o

bem comum. O ato de pensar na obra vitorina não é, portanto, meramente especulativo, mas sim prático, na medida em que direciona as escolhas que fazemos cotidianamente, sejam estas nos espaços privados ou públicos. É justamente essa possibilidade de análise que indica a relevância da obra de Hugo de Saint-Victor para nós, educadores e pesquisadores. Assim, a História da Educação pode nos recordar determinadas coisas que esquecemos no decorrer da vida como, por exemplo, as nossas experiências docentes. Estamos, por vezes, tão envolvidos com nossos afazeres diários que esquecemos que tudo o que realizamos resulta de nossas escolhas e que estas nos impõem responsabilidades.

Por fim, ressaltamos que a formação docente atual deve oportunizar, ou por que não assegurar o conhecimento do homem e da sociedade, sendo a História e a Filosofia da Educação um de seus fundamentos centrais. Pensar e buscar refletir sobre a excelência que carece a educação nos faz pensar, como afirma Hugo de Saint-Victor, sobre a 'integridade de alma', de nossas ações como cidadãos, professores e pesquisadores.

Referências

- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GUIZOT, François. *Historia da civilização na Europa*. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira Livraria Editora e oficinas Typographica e de encadernação, 1907.
- GUIZOT, François. Sétima lição. In: MENDES, C. M. M.; OLIVEIRA, T. *Formação do terceiro estado: coletânea de textos de François Guizot, Augustin Thierry, Prosper Barante*. Maringá: EDUEM, 2005.
- KNOWLES, David; OBOLENSKY, Dimitri. *Nova história da igreja: a idade média*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1974.
- LE GOFF, Jacques. *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- MARCHIONNI, Antonio. Introdução. In: HUGO DE SAINT-VICTOR. *Didascálion: da arte de ler*. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Terezinha. Apogeu e crise de uma época: as universidades medievais. *Educare Et Educare* – Revista de Educação, Cascavel, v. 1, p. 25-36, 2006. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereteducare/article/view/999/851>. Acesso em: 18 abr. 2018.

OLIVEIRA, Terezinha. Universidade, liberdade e política na comuna medieval: um estudo de cartas oficiais. *História* [online]. 2009, v. 28, n. 2, p. 715-732. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742009000200025>. Acesso em: 20 abr. 2018.

PIRENNE, Henri. *As cidades da Idade Média*. Lisboa: Europa-América, 1989.

POIREL, Dominique. *Ugo Di San Vittore: storia, scienza, contemplazione*. Milano: Jaca Book, 1997. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=vofPui9v71AC&pg=PA143&lpg=PA143&dq=D.+Van+Den+Eyden++Essai+sur+la+suc&source=bl&ots=NWarRnwfPq&sig=i6sUf97Cm2JckArC4_RROmrWEw&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjL5rv01uDVAhWEI5AKHXb_B5YQ6AEIKTAA#v=onepage&q=de%20sacramentis&f=false. Acesso em: 17 abr. 2018.

STREFLING, Sergio Ricardo. *Igreja e poder: plenitude e soberania popular em Marsílio de Pádua*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=DD7cCScAVV0C&pg=PA37&dq=expoente+da+escola+de+saint-victor&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjQ0Iypw-bLAhWGIpAKHfNMAMEQ6AEIJjAA#v=onepage&q=expoente%20da%20escola%20de%20saint-victor&f=false>. Acesso em: 17 abr. 2018.

THIERRY, Augustin. Carta XIII. Sobre a libertação das comunas. IN: MENDES, C. M. M.; OLIVEIRA, T. *Formação do terceiro estado: coletânea de textos de François Guizot, Augustin Thierry, Prosper Barante*. Maringá: EDUEM, 2005.

VERGER, Jacques. *Cultura, ensino e sociedade no ocidente nos séculos XII e XIII*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

VICTORE, Hugonis de S. De sacramentis fidei christianae. In: MIGNE, Jacques-Paul. *Patrologia Latina*. Parisiis, 1880. Tomo 176. Disponível em: <https://archive.org/details/patrologiaecurs05migngoog>. Acesso em: 17 abr. 2018.

Recebido em 04 de junho de 2018

Aprovado em de 24 abril de 2019